

O necessário ajuste

O País vive a expectativa do pronunciamento do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciado para a próxima segunda-feira, no qual, segundo se antecipa, fará um relato cru e objetivo da situação econômica do País e explicará a necessidade de o Governo Federal tomar medidas de ajuste a fim de equilibrar as contas públicas como forma de reduzir a irrefreável pressão que estas exercem sobre a inflação. Serão medidas fiscais e administrativas incidentes sobre os gastos do governo, que, combinadas com o ajuste externo já acertado com os credores internacionais e a retomada dos investimentos decorrente da recuperação da credibilidade do governo junto aos agentes econômicos, conduzirão a uma ruptura do ciclo vicioso no qual o País vem se debatendo há mais de uma década.

Enquanto as medidas em estudo não são anunciadas, proliferam as especulações, tanto mais que o momento dos acertos finais ocorre numa semana atípica — um feriado numa quinta-feira —, momento intensamente explorado, nos governos anteriores, para a preparação de pacotes heterodoxos que produziram efeitos ortodoxamente previsíveis. Nessas circunstâncias, as garantias apresentadas pelo ministro no sentido de que não há choques em preparação, em que pese sua credibilidade pessoal, não bastam para tranquilizar a sociedade; até porque o mesmo ocorreu no passado e, se houvesse choque em preparação e alguma informação a respeito vazasse, o governo não teria alternativa senão cancelar os planos ou negar sua existência até o momento em que entrassem em vigor. Em consequência deste clima, a expectativa se reflete nos mercados financeiros, obrigando o Banco Central a intervir enquanto espertos “bem informados” faturam na bolsa de boatos.

Há, entretanto, que se dar crédito ao

ministro não apenas em tributo ao respeito que granjeou ao longo da vida pública e que não pode ser posto em causa de forma leviana, mas também porque o estoque de truques para combater a inflação parece à beira do esgotamento. Só há uma forma de equilibrar as contas públicas: reduzir as despesas e elevar as receitas, sendo que esta última depende hoje unicamente do combate à evasão fiscal e à sonegação, já que o IPMF — canto de cisne da criatividade tributária nacional —, por si só, não produzirá os recursos necessários.

Cortar despesas não é tarefa simples, especialmente para um governo que não conta com maioria consolidada no Congresso. Como acaba de ser apurado, além da necessidade de cortar recursos que por si já são escassos, há a dificuldade adicional de identificar onde se localizam os focos de desperdícios e de despesas injustificáveis. É o caso, por exemplo, de créditos a fundo perdido concedidos a instituições que dificilmente podem se apresentar como de interesse ou utilidade pública como as que foram reveladas nesta semana pela imprensa a partir de denúncias feitas por um parlamentar.

Sabe todo administrador que cortes lineares não são recomendáveis, pois em geral acabam por atingir também áreas e atividades que são indispensáveis à própria política de ajuste. É o caso, por exemplo, da Receita Federal e de outros instrumentos arrecadadores, como a Previdência. Este equívoco já foi cometido no passado com resultados desastrosos. Se é verdade que atualmente todos estão de acordo com a realização dos cortes, embora tratem de direcioná-los ao orçamento do vizinho, mais que nunca é preciso negociar politicamente, pois esta é a única forma de se definir as prioridades nas sociedades democráticas.